

INCLUSÃO E FELICIDADANIA

*desafios de uma escola
inclusiva de qualidade*

OLINDA COUTINHO PEREIRA SOARES

Pedagoga, com habilitação em deficiência intelectual pela FEUSP, pós graduada em Psicopedagogia e Direito Educacional. Docente desde 1982, nos diferentes níveis de ensino, público e particular, regular e especial. Professora da Sala de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), atualmente na função de Coordenadora Pedagógica.

RESUMO

Este artigo trata da relação currículo e inclusão escolar, enfocando aspectos que determinam uma boa situação de aprendizagem para alunos deficientes intelectuais matriculados no ensino regular do município de Osasco atendidos na Sala de Atendimento Educacional Especializado (SAEE) de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF). Teve como objetivos refletir sobre o papel do professor e da escola, no seu todo, para garantir aos alunos deficientes um ensino de qualidade entendendo que o trabalho não pode se restringir à garantia de um ambiente favorável para a aquisição de conhecimentos e construção de relações interpessoais sadias mas, essencialmente, construir condições para que a criança se sinta feliz e aceita pelo professor, seu grupo classe e todos da escola. Socializar e analisar dois casos de inclusão, vivenciados na rede de ensino do município de Osasco, que demonstram como a participação de todos, na escola, é de grande importância para aquisição do conhecimento pelo aluno, desde que haja apoio e acompanhamento efetivo na atuação do professor, de forma a garantir um aprendizado significativo. As barreiras materiais e ambientais estão sendo, aos poucos, consideradas e alcançadas, mas as barreiras atitudinais ainda fazem parte do cotidiano. São barreiras da consciência ou inconsciência, do não saber, do preconceito, da indiferença, do medo do diferente, da diferença. O fato de uma criança nascer com deficiência, não é fator condicionante e determinante do seu futuro. Ela se completa pela aprendizagem pois o homem é um ser histórico e se torna humano porque aprende com outros humanos.

PALAVRAS CHAVES

Educação. Inclusão. Diversidade. Felicidadania

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da relação currículo e inclusão escolar, enfocando aspectos que determinam uma boa situação de aprendizagem para alunos com deficiência intelectual matriculados no ensino regular do município de Osasco e, atendidos na Sala de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), implantadas pela Portaria do Município de Osasco nº 7/2011 (OSASCO, 2011).

Teve como objetivos refletir sobre o papel do professor e da escola, no seu todo, para garantir aos alunos deficientes um ensino de qualidade entendendo que o trabalho não pode se restringir à garantia de um ambiente favorável para a aquisição de conhecimentos e construção de relações interpessoais sadias, mas essencialmente, construir condições para que a criança se sinta feliz e aceita pelo professor, seu grupo classe e todos da escola. Foram propostas como questões de pesquisa para esse trabalho: Como o professor pode atender o aluno deficiente, de forma a promover a aprendizagem desse aluno com qualidade técnica-motivacional e felicidade? Como a organização do currículo pode auxiliar nesse processo de inclusão integral com qualidade? A pesquisa foi realizada como pesquisa-ação a partir de um projeto de intervenção.

A fundamentação teórica do trabalho partiu do pressuposto de que todos os educadores que trabalham com a educação de crianças deficientes devem estar sempre abertos ao conhecimento de seus alunos e deles próprios, à busca de meios, propostas e estratégias para conseguir seu objetivo de educá-los com qualidade. Também precisam entender os conceitos básicos que devem orientar suas ações entre os quais destacam-se desenvolvimento cognitivo, aprendizagem e a inclusão. Para isso é de fundamental importância buscar subsídios de grandes teóricos que trouxeram contribuições à Educação Inclusiva e explicaram os diferentes aspectos que levam, ou não, à aquisição da aprendizagem.

[...] As formas através das quais as escolas promovem a inclusão e previnem a exclusão constituem o cerne da qualidade de viver e aprender experimentado por todas as crianças. (MITTLER, 2003, p. 139).

Segundo o autor, inclusão e exclusão começam na sala de aula. Por mais comprometidos que estejam a sociedade e o governo com a inclusão, são as relações cotidianas em sala de aula que oferecem ou não a possibilidade de experiências positivas de aprendizagem. As interações entre os membros da comunidade escolar promovem a inclusão e podem, se for a sua intenção, prevenir a exclusão. Para o autor, aí está o cerne da qualidade de viver e aprender.

Com o objetivo de promover tais mudanças, em 1994 foi realizada a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, resultando na Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que determina as linhas de ação sobre a educação especial, analisando as mudanças políticas fundamentais e necessárias para promover a educação inclusiva e a capacitação das escolas para atender as crianças com deficiência.

[...] O objetivo é incluir os indivíduos que já foram excluídos anteriormente, a meta é de não deixar ninguém fora da escola regular. Este modelo pressupõe uma mudança de estruturas, de atitudes da comunidade em geral, bem como do trabalho dos professores. (MANTOAN, 1998, p.01-14).

Para tanto, além de uma mudança de estrutura e de atitudes da comunidade, deve-se mudar o estilo de trabalho dos professores, que precisam reconhecer que cada criança tem suas necessidades específicas e responde aos desafios que lhe são feitos de acordo com suas possibilidades, diferentes umas das outras. A proposta de uma escola aberta à diferença deve gerar comprometimento da comunidade escolar e desafiar o conjunto da instituição.

[...] A escola precisa se constituir num tempo/espço que ofereça, em cada atividade, em cada situação e nas relações estabelecidas, a oportunidade de aprender o que ainda não se sabe. (OLIVEIRA, 2011, p.75).

Desde 1998, o ensino brasileiro é norteado por um conjunto de documentos denominados Parâmetros Curriculares Nacionais, que têm como finalidade servir como referência curricular nacional, que possa ser adaptada a qualquer realidade brasileira, por meio de propostas regionais, possibilitando a democratização do acesso aos conhecimentos. Dentre seus principais objetivos, encontram-se:

[...] Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referenciais nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p.05)

É possível perceber, na citação acima, que a flexibilidade e a dinamicidade são características marcantes desses documentos e, por isso, contribuem de forma muito positiva, possibilitando que a adaptação curricular seja realizada em esferas superiores, nas instituições ou em salas de aula. Esse fato, não poderia ser diferente, uma vez que a percepção da diversidade humana é o ponto de partida para a compreensão do processo inclusivo.

Cabe, então, aos órgãos regionais, às escolas e aos professores selecionarem e adequarem os conteúdos da forma mais compatível à realidade local e às necessidades e especificidades de seus alunos.

O PROJETO DE INTERVENÇÃO

Considerando a importância de buscar alternativas para assegurar para as crianças deficientes um processo de aprendizagem com qualidade integral, propôs-se socializar e analisar dois casos de inclusão vivenciados na rede de ensino do município de Osasco que demonstram como a participação de todos, na escola, é de grande importância para aquisição do conhecimento pelo aluno, desde que haja apoio e acompanhamento efetivo na atuação do professor, de forma a garantir um aprendizado significativo.

[...] O fato da criança nascer portadora de deficiência não é determinante de seu futuro mas, sim condicionante. Ou seja, a reprodução biológica não garante a reprodução do ser humano como ser completo; ele se completa pela aprendizagem. O homem é um ser histórico e se torna humano porque aprende com outros humanos. Decorre daí, que a inteligência, do mesmo modo não é herdada biologicamente; ou seja, o que é inscrito no código genético é a possibilidade de adquirir as estruturas inteligentes. Esta aquisição dependerá da aprendizagem. (FERREIRA, 1993, p.20).

ESCOLA CAMPO DE PESQUISA

As Escolas Municipais de Ensino Fundamental do município de Osasco recebem várias crianças oriundas de diferentes escolas, de bairros distantes, de comunidades extremamente populosas, carentes nos seus mais diversos aspectos, sociais, físicos e emocionais. Algumas com dificuldades de aprendizagem, com deficiências diferenciadas.

Esta realidade também foi encontrada na escola campo da pesquisa (EMEF de Osasco) e impulsionou a busca de meios e alternativas para transformar uma escola que ainda se apresenta de forma bancária (FREIRE, 1987, p.57-75), padronizada, massificadora, em uma instituição de ensino que atenda a toda diversidade em sua singularidade e possibilidades, com qualidade para formar cidadãos felizes.

Em relação ao espaço físico e mobiliário desta escola observou-se que é uma unidade pequena, com dez salas de aula nas quais funcionam 20 classes (dez por período), muitas carteiras e cadeiras são consideradas inadequadas por não serem funcionais quanto ao formato e tamanho.

Os corredores são espaçosos, porém no verão são muito quentes. Nos períodos de chuva as calhas não dão conta da quantidade de água que cai no telhado e o chão fica sempre molhado.

Há uma quadra esportiva utilizada pelos professores de Educação Física, pelo projeto Escolinha do Futuro e também por alguns professores das mais diversas salas de aula. Conta também com um pequeno pátio, um jardim com casa do Tarzan, escorregador e gira-gira, um refeitório, um palco, uma biblioteca, uma sala de informática, uma Sala de Recurso Multifuncional que é destinada ao Atendimento Educacional Especializado (SAEE) e uma Sala de Apoio Pedagógico (SAP), instituídas pela Lei Municipal 4.300/2009 (OSASCO, 2009).

A escola não tem barreiras arquitetônicas, ela é acessível ao deficiente físico, tem rampas com corrimão e banheiro adaptado.

OS SUJEITOS DA PESQUISA

Fizeram parte dessa pesquisa duas crianças deficientes. Uma delas, um menino, oriundo de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) da mesma cidade. Conforme informações, contadas pela própria mãe no momento da entrevista inicial para ingresso na SAEE, era uma criança com Síndrome de Down, celíaca, que apresenta instabilidade emocional aparentemente de cunho familiar. O pai não era uma presença constante em sua vida, poucas vezes aparecia em casa. Sua mãe trabalhava muito e ele ficava na casa de uma cuidadora.

Era uma criança muito ativa, carinhosa, porém sem limites. Sempre queria fazer somente o que lhe convinha, não respeitava regras, inclusive porque não as conhecia pois nunca havia passado por uma convivência mais sistemática em uma sala de aula de uma escola que pudesse trazer-lhe maiores desafios. O que queria era explorar o espaço. Na Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) pouco permanecia em sala de aula com seus pares. Ficava mais tempo com os adultos, recebendo carinho e atenção exclusiva e excessiva.

Na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) não gostava de ficar na sala de aula, cheia crianças. Não gostava de fazer a lição. Queria ser o centro de todas as atenções. Preferia ficar no chão com brinquedos, pegar e mexer nos objetos dos colegas, brincar. O menino não falava, se expressava por gestos e alguns monossílabos. Chorava, se jogava no chão, ficava irritado, nervoso. Com a sua presença a sala se agitava. Será que o culpado era, apenas, aquele pequeno menino com síndrome de Down?

Uma outra criança, uma menina, vinda também de uma EMEI, do mesmo município, foi encaminhada para a entrevista inicial do Atendimento Educacional Especializado. Veio trazida pela mãe, que demonstrava estar inconformada com a situação e, irritada, dizia que não sabia por que sua filha tinha sido encaminhada para lá pois ela era uma criança normal.

A menina chegou em um carrinho de bebê. Era uma criança miúda, meiga, com uma aparência síndrômica. Usava um pano enrolado em seu pescoço, uma camiseta que já estava bem molhada pela grande quantidade de saliva. A mãe, ainda na porta da sala, tirou a criança do carrinho e tentou colocá-la de pé dizendo que sua filha andava, que estava sentada no carrinho apenas pelo cansaço, porque veio andando de casa até a escola. A menina parecia uma boneca de pano. Não tinha equilíbrio para se manter em pé e, muito menos, para andar. Permanecia no chão, não parava de mexer em tudo que estava ao seu alcance, não falava, usava fraldas, babava muito, não se alimentava sozinha. A mãe dava mil explicações e fazia várias recomendações, ainda inconformada pelo fato de sua filha ter sido encaminhada para um atendimento especializado. Após muita conversa a mãe aceitou que sua filha participasse do atendimento que acontecia, duas vezes por semana, na SAEE.

AÇÕES EM BUSCA DE UM ENSINO ESPECIAL DE QUALIDADE

A presença de uma criança deficiente mexe com as pessoas de uma maneira diferente, talvez causando estranheza. O primeiro momento, o convívio é aparentemente difícil, na sala de aula há uma agitação. Algumas crianças se aproximam, querem trocar afetos, outras se afastam, se irritam, se mantêm distantes. Todas as crianças são curiosas e precisam viver esta curiosidade e entendê-la.

Para que os docentes pudessem ajudá-las, da forma mais adequada possível, várias ações foram desenvolvidas.

No início do ano, cada professor foi orientado a elaborar a caracterização de sua turma, a observar os alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem ou com suspeita de deficiência para que pudessem ser encaminhados ao Atendimento Educacional Especializado – AEE (BRASIL, 2009).

Os professores que suspeitavam ter alunos com deficiência fizeram relatórios, nos quais pode-se perceber que alguns deles apresentavam apenas dificuldades de aprendizagem, mas não eram alunos com deficiência. É importante salientar que o diagnóstico e a consequente rotulação dos alunos por professores que não têm a qualificação específica constitui-se em uma das ações mais inadequadas e críticas do trabalho pedagógico com as crianças e deve ser evitada.

Os alunos que, após algumas intervenções e avaliações feitas na Sala de Atendimento Educacional Especializado, apresentaram hipótese de deficiência e necessidade de adaptação e adequação curricular, foram elegíveis para o Atendimento Educacional Especializado. Os professores receberam o retorno das avaliações de todos os alunos por eles indicados, com as necessárias observações e algumas sugestões para desenvolvimento de atividades e orientações para a adaptação de materiais específicos para melhor atendê-los. Foram lembrados também dos trabalhos que já desenvolvem com muita propriedade e de sua importância para a efetividade do processo.

Durante a Hora de Trabalho Pedagógico (HTP), implantado na rede municipal de Osasco pela Lei Municipal nº 4.300/2009, foi apresentado, a todos os professores presentes, o trabalho desenvolvido na Sala de Atendimento Educacional Especializado (SAEE). Nesta ocasião foram destacadas algumas necessidades específicas dos alunos deficientes e foi sugerido que a classe tivesse uma rotina diária que fosse apresentada aos alunos no início da aula, para que soubessem o que eles iriam trabalhar durante o dia. Também foram orientados em relação a alguns aspectos que parecem simples, mas que são de fundamental importância para um trabalho de qualidade com crianças especiais. Por exemplo, deveriam colocar os alunos com dificuldades de visão nas primeiras carteiras da parte central da sala, oferecendo-lhes cadernos com pauta ampliada e lápis de grafite 6B. Quando fosse necessário o uso da lousa, o professor deveria procurar escrever com letra de tamanho adequado e com bom espaço entre as linhas. Falar olhando para os alunos e não dar as costas para a turma foram duas orientações importantes para que o professor não prejudicasse alunos com déficit de atenção ou surdez.

Os funcionários da escola também receberam orientações sobre os alunos com deficiência, especialmente para centrarem suas atenções nas crianças como

seres humanos com suas necessidades e especificidades e não em suas deficiências. Como exemplo, se um aluno com deficiência após um dia de atividades e de intenso calor apresentar um sangramento nasal (epistaxe) este deve ser socorrido da mesma forma como seria socorrido um aluno sem deficiência, pois ambos são crianças e merecem o mesmo respeito.

RESULTADOS E MUDANÇAS NECESSÁRIAS

Muitas mudanças ocorreram no ambiente escolar, muitas adequações e adaptações foram necessárias, muitas experiências foram realizadas na busca de uma convivência saudável, feliz e que possibilitasse uma aprendizagem significativa para todos os alunos. Algumas barreiras foram ultrapassadas como maior envolvimento dos funcionários, dos professores das diversas áreas, participação mais efetiva dos familiares no cotidiano escolar de seus filhos, no qual eles recebiam atendimentos específicos e necessários ao seu desenvolvimento.

Colocou-se uma professora eventual para acompanhar e auxiliar os alunos em suas atividades na sala de aula.

O professor muitas vezes não sabe o que fazer e sente-se incompetente para atender os alunos deficientes em sala de aula. Porém é necessário que entenda que ambos estão se descobrindo, descobrindo suas habilidades, suas potencialidades, ambos estão em processo de construção e, por isso, muitos professores buscam informações, cursos, formação continuada, repensam o currículo, os conteúdos, preparam atividades diversificadas, fazem adequações e adaptações necessárias a um bom aprendizado, não só para as crianças com deficiências, como para todos os alunos da sala.

Com o projeto de intervenção grandes mudanças ocorreram também com as crianças sujeitos de pesquisa. O menino frequenta o terceiro ano do Ensino Fundamental, acompanha sua fila, ajuda sua amiguinha deficiente a levar sua mochila até a sala. Ele, que nem levava a sua própria mochila, hoje carrega duas.

Nessa escola, toda quarta-feira o hino nacional é cantado e esse aluno, tão especial, teve a iniciativa de querer segurar a bandeira como seus colegas o faziam. E ele o fez com muito respeito e até cantarolava. Ele acompanhava a rotina da sala e participava das atividades. Com relação ao conteúdo programático do ano que cursa, o aluno se apropriava do conhecimento de acordo com suas possibilidades. Seu ritmo de aprendizagem era diferente de seus colegas de turma, mas conseguiu avanços significativos em seu processo de aprendizagem, sempre considerando suas possibilidades.

A menina era aluna do segundo ano. Quando frequentava a SAEE ela era aluna da EMEI e já tinha sido apresentada à escola regular de Ensino Fundamental.

Hoje é uma criança meiga e muito alegre. As fraldas estão sendo retiradas aos poucos, não sendo mais utilizadas quando está na escola. A saliva em excesso ela própria enxuga e já caminha com autonomia.

Neste processo pode-se dizer que ambos estavam conquistando autonomia e um desenvolvimento amplo e global, a partir das oportunidades que beneficiavam a aprendizagem de forma dinâmica e significativa, não só para eles, mas para todos os alunos. Todos aprenderam a conviver com a diferença, a ajudarem-se mutuamente, resolvendo as dificuldades com a convivência.

A base que sustentou o trabalho desenvolvido foi, acima de tudo, acreditar no possível, desmistificando a visão pré-conceituosa e super protetora, do tempo em que se acreditava que o local ideal para essas crianças deveria ser uma escola especial.

A meta aos poucos está sendo alcançada, já se sabe que cada realidade é uma, que cada criança é única. Na sala de aula, todos estão juntos para aprender, para conviver, viver a diferença, a deficiência.

Os dias passaram e o tempo passou. Tempo de conhecer, de experimentar, de viver. Viver o diferente, a diferença, e fazer a diferença, conviver, viver, aprender, aprendiz e aprendente. São crianças com sede de aprender, de brincar, de ser feliz, são curiosas, cheias de vida, cheias de sonhos. São crianças.

CONCLUSÕES

Tratar da temática educação inclusiva pressupõe admitir-se que a inclusão não é de interesse apenas dos alunos com deficiência, uma vez que, ao inserir estes educandos na escola regular espera-se que a instituição assuma novos posicionamentos e procedimentos de ensino baseados em concepções e práticas pedagógicas mais avançadas, assim como princípios e estratégias de avaliação e promoção dos alunos, mais humanos e humanizadores.

A inclusão questiona a formação de educadores e exige que sejam capazes de ações pedagógicas desafiadoras e motivadoras, mas que também respeitem as especificidades de cada aluno para que possam aprender de forma adequada, prazerosa e não admitam nenhum tipo de preconceitos, discriminações, barreiras sociais, culturais ou pessoais.

Cada docente deve ser capaz de superar o autoritarismo que sempre caracterizou as ações docentes, transformando-se em agente de FELICIDADANIA, termo usado por Herbert de Souza (1935-1997) para indicar que uma vida feliz é uma vida cidadã. (RIOS, 2010, p.05). A possibilidade de se exercer plenamente a cidadania pode contribuir para a construção de uma vida feliz.

É importante destacar que as políticas públicas promoveram a inclusão escolar, mas não garantiram as condições objetivas para a efetivação desse processo que não são apenas materiais e de logística como adequação de espaço físico, que não se restringem apenas à presença de rampas, corrimãos e banheiros adaptados (geralmente inadequados e ou insuficientes), parquinhos adaptados, quadras esportivas, salas amplas e bem ventiladas, mobiliário adequado e adaptado ao tamanho e necessidade física do educando.

Para a garantia da qualidade do processo de inclusão são fundamentais a formação continuada de professores (inclusive para que se reconheçam capazes para um

bom trabalho com crianças deficientes), da equipe de apoio, além das adaptações curriculares que, infelizmente, têm se restringido ao tempo de permanência do aluno na escola, esquecendo que o essencial é a qualidade do trabalho que lhe será oferecido nesse período de tempo.

A partir desse trabalho pode-se perceber o quanto é importante ter consciência de que o aluno deficiente necessita da mediação de um professor que o atenda em suas necessidades específicas em relação ao processo de ensino-aprendizagem, às inter-relações que constrói dentro da escola com todos que a integram, à construção de suas condições para ser feliz, dentre outros aspectos.

Percebeu-se, também que, dentre todas as dificuldades, o maior problema a ser considerado na busca de qualidade para o ensino especial é garantir o preparo dos professores e funcionários da escola para lidar com alunos deficientes, o que exige um trabalho de qualificação e conscientização permanentes de todos para trabalhar com o deficiente para que atinja sua felicidade, construindo-se como cidadão de direitos, especialmente de uma educação de qualidade que lhe possibilite ser uma criança feliz.

As barreiras materiais e ambientais estão sendo, aos poucos, consideradas e alcançadas, mas as barreiras atitudinais ainda fazem parte do cotidiano. São barreiras da consciência ou inconsciência, do não saber, do preconceito, da indiferença, do medo do diferente, da diferença, As crianças estão aqui, ali, acolá, são pequenas são especiais, são crianças.

Com este estudo pode-se concluir que a Diversidade, o Currículo e as Práticas Docentes, quando bem trabalhadas, em todos os seus aspectos, podem contribuir para construção de uma educação inclusiva que se efetive com qualidade. As crianças necessitam de oportunidades e de uma aprendizagem que tenham significados em suas vidas para que venham a ter um bom desenvolvimento e possam ser felizes.

A maior contribuição desse trabalho foi chamar a atenção sobre a necessidade de que a educação inclusiva deve caracterizar-se como uma prática inovadora, necessária, que enfatize a boa qualidade de ensino para todos os alunos, exigindo que a escola realmente se modifique e que os professores criem e inovem suas práticas pedagógicas. Buscou registrar a importância de um novo olhar para a educação inclusiva que desafia o cotidiano escolar brasileiro e a necessidade de aprender sempre mais sobre a diversidade humana para compreender os modos diferentes de cada ser humano ser, sentir, agir e pensar.

É sabido da perplexidade e da preocupação que os educadores sentem ao lidar, na sala de aula, com a diversidade de toda ordem. Quando estão diante de crianças com deficiência colocam-se várias interrogações e precisam entender que não estão sozinhos no processo e que o seu trabalho deve ser acompanhado por um conjunto de agentes colaboradores.

São as relações cotidianas em sala de aula que oferecem ou não a possibilidade de experiências qualitativas de aprendizagem. As interações entre os membros da comunidade escolar promovem a inclusão e podem prevenir a exclusão.

É necessário unir forças, saberes e experiências, para que todos caminhem juntos para o pleno desenvolvimento e aprendizado de todos os envolvidos nas ações da escola para a educação global das crianças deficientes.

A educação para a diversidade, o currículo e as contribuições dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) na educação inclusiva, da Reorientação Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (OLIVEIRA, 2011) são fundamentais para que as mudanças ocorram. Propõem privilegiar a educação que respeita a individualidade na diversidade humana, que trabalha aspectos motivacionais que podem evitar bloqueios pois sendo deficientes ou diferentes, todas as pessoas são dignas de respeito e têm direito de buscar o desenvolvimento dos próprios potenciais, habilidades e, portanto, direito aos espaços necessários na sociedade, para a superação de quaisquer dificuldades e limitações.

INCLUSION AND “FELICIDADANIA”¹²: CHALLENGES OF AN INCLUSIVE SCHOOL WITH QUALITY

OLINDA COUTINHO PEREIRA SOARES

ABSTRACT

This article deals with the relationship curriculum and school enrollment, focusing on aspects that determine a good learning situation for intellectually disabled students enrolled in regular education in the city of Osasco met in Room Care Specialized Education (SAEE) a Municipal School of Basic Education (EMEF .) Aimed to reflect on the role of the teacher and the school as a whole, to ensure disabled students quality education to understand that the work can not be confined to ensuring a favorable environment for acquiring knowledge and building interpersonal relationships sound but essentially build conditions for the child to feel happy and accepted by the teacher, your group class and all school. Socializing and analyze two cases of inclusion, experienced in teaching network in the city of Osasco, that demonstrate how the participation of everyone in the school is of great importance to the acquisition of knowledge by the student, provided that there is effective monitoring and support in the performance of teacher, to ensure meaningful learning. Materials and environmental barriers are being gradually considered and met, but the attitudinal barriers still part of everyday life. Are barriers of consciousness or unconsciousness, the not knowing, prejudice, indifference, fear of difference, of difference. The fact that a child born with disabilities, is not determinant and determinant of your future. She is full of learning because the man is a historical being and becomes human because humans learn from others.

KEYWORDS

Education. Inclusion. Diversity. Felicidadania.

^{1 2} Word used by Herbert José de Souza, Betinho (1935-1997), to indicate that a happy life is a full civic life (RIOS, 2010, p.05).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Resolução CNE/CEB nº 4/2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 out. 2009. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 26 de jul.2013

FERREIRA, Isabel Neves. **Caminhos do aprender: uma alternativa educacional para criança portadora de deficiência mental**. Brasília: CORDE, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. *Educação escolar dos deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento*. **Cadernos CEDES**, v. 19, n. 46, p. 01-14, 1998.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

OLIVEIRA, Marinalva de et al. (Orgs.). **Reorientação curricular da educação infantil e do ensino fundamental**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

OSASCO. Núcleo de Ensino Inclusivo. Portaria nº 27/2007. Dispõe sobre a organização das Salas de Apoio à Inclusão (SAI) do Município de Osasco, e dá outras providências. **Imprensa Oficial do Município de Osasco**, 31 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.iomo.osasco.sp.gov.br/2007/ed542.pdf>>. Acesso em: 25.jul.2013.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Projeto das salas de atendimento educacional especializado da rede de educação municipal de Osasco. **Imprensa Oficial do Município de Osasco**, 2008.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Lei nº 4300/2009**. Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação: diretrizes, objetivos e metas educacionais. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

_____. Portaria nº 07/2011. Dispõe sobre a Organização das Salas de Atendimento Educacional Especializado (SAEE), do Município de Osasco. **Imprensa Oficial do Município de Osasco**, 2011.

RIOS, Terezinha Azeredo. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documento de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. [S.l.]: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. 03 maio 2013.